

# “Quando éramos mais pobres, pagávamos mais impostos”

**Pedro Nogueira Ramos** Contra o que diz ser o mau uso que se dá muitas vezes às estatísticas, este especialista faz leituras surpreendentes de alguns dos principais números da economia portuguesa

**Entrevista**  
**Sérgio Anibal** Texto  
**Miguel Manso** Fotografia

Pedro Nogueira Ramos é professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem uma experiência de mais de uma década no INE, onde foi director das Contas Nacionais. No seu livro *Torturem os Números Que Eles Confessam*, contraria algumas das leituras habituais das estatísticas em questões como a evolução demográfica, a carga fiscal ou a competitividade.

**Acha que em Portugal há uma tentativa de ler as estatísticas de uma forma que conduza à aplicação de determinadas políticas e decisões?**

Claro que podem existir casos de manipulações intencionais. Mas eu creio que o nosso principal problema é que às vezes algumas leituras dos números se entranham e se acabam por tornar quase consensuais. Há pessoas que lêem mal os números porque não sabem ler de outra maneira e porque se criou o hábito de ler de uma determinada forma e não se perdeu o tempo a reflectir mais. E há políticas que são fundamentadas em números que, do meu ponto de vista, não têm uma leitura unívoca. Isso é claro. **Em que áreas é que sente que isso acontece?**

Por exemplo, na questão do envelhecimento da sociedade e da Segurança Social. É dado como adquirido que as sociedades vão envelhecer e que isso necessariamente cria um problema à economia. E eu penso que os números mostram que isso não é necessariamente assim.

**A sociedade pode não vir a envelhecer?**

A sociedade vai envelhecer. A questão é que quem trabalha não paga só o sustento de quem é idoso. Paga o sustento de todos os que não trabalham. E, apesar de aumentar o número de idosos, vai diminuir o número de jovens

que não trabalham e vai diminuir o número de outros não activos em idade activa, pelo menos em comparação com o que acontecia há 20 anos. De facto, na minha leitura, o rácio entre os que pagam e aqueles que é preciso pagar não vai ser tão desproporcional como se julga que vai ser.

**Que tipo de evolução é que teremos então?**

A percentagem da população que está em idade activa não vai diminuir assim tanto. Por exemplo, para 2030 só vai diminuir três pontos, de 56% para 53%. Isto são as previsões quase consensuais do INE e da ONU. Para 2060, a redução já será mais acentuada, mas de qualquer maneira para valores iguais aos que existiam em 1950. A população não activa não vai pesar assim tanto porque vamos ter mais idosos mas menos pessoas novas não activas. E uma coisa compensa a outra. A grande diferença é que, no caso dos idosos, a despesa dos activos é feita por intermédio do Estado, enquanto com os jovens a despesa é directa. Agora, uma taxa de crescimento da produtividade de 0,5% ao ano é suficiente para compensar esta evolução demográfica. E 0,5% ao ano, para se ter uma ideia, é metade da média registada em Portugal desde 2000 até agora, um período que toda a gente identifica como sendo de crescimento muito fraco. Portanto, dificilmente se pode considerar um crescimento da produtividade de 0,5% como sendo inalcançável.

**Está a defender, portanto, que aqueles que falam na necessidade de realização de reformas na Segurança Social para garantir a sustentabilidade do sistema o fazem com base em pressupostos errados?**

O problema da maior parte dessas análises é que são micro: olham só para o sistema de Segurança Social isoladamente. Ou seja, olham só para o aumento do número de idosos. E o que eu digo é que, à escala da economia global, não



se deve olhar só para os idosos, tem de se olhar para todos os não activos.

**Mas para as finanças públicas, há um impacto...**

O impacto orçamental existirá. Mas o que poderá querer dizer é que famílias mais pequenas, sem filhos, terão de pagar relativamente mais impostos. É legítimo que seja assim porque terão rendimentos *per capita* mais elevados e porque não deixam descendentes para pagar a Segurança Social da geração seguinte.

**Outros temas que justificam muitas medidas políticas são a produtividade e a competitividade. Estes indicadores estão a ser lidos de forma correcta?**

É preciso perceber exactamente o

que significa produtividade. Uma das medidas recentes foi a redução do número de feriados. Essa medida, provavelmente, diminuirá a produtividade, não a aumentará, porque a produtividade é a eficácia com que as pessoas produzem. Mas ainda assim poderá aumentar a produção, embora que de forma reduzida. Agora não tenho qualquer dúvida de que o problema da economia portuguesa é sobretudo de baixa produtividade. Já no que respeita à palavra competitividade, tenho mais dúvidas. Em primeiro lugar, não é um tema que tenha nascido na teoria económica, nasceu nas empresas. E foi importado para a teoria económica nos anos 90, com alguma contestação. Paul Krugman, por exemplo, escreveu

um livro só para dizer que não fazia sentido falar sobre competitividade para o total de uma economia.

**Acredita que as reformas no mercado de trabalho podem aumentar a produtividade e a competitividade?**

As reformas no mercado de trabalho, se algum efeito puderem ter, é gerar mais emprego. Mas gerar mais emprego pode significar trazer para a economia elementos menos produtivos da população, o que pode significar um efeito negativo ao nível da produtividade e da competitividade.

**No seu livro, defende que pagamos menos impostos hoje do que nos anos 80. Pode explicar isso?**

É verdade que o peso dos impostos no PIB aumentou, não há qualquer



**“A população não activa não vai pesar assim tanto porque vamos ter mais idosos mas menos pessoas novas não activas. E uma coisa compensa a outra”**

dúvida. Só que o peso dos impostos no PIB pode aumentar por duas razões: ou porque pagamos mais impostos ou porque ganhamos mais. Se o rendimento médio dos portugueses aumentar, pagarão mais impostos. Claro que o PIB também aumenta, mas como o sistema fiscal é progressivo, se o PIB *per capita* aumentar, isso aumenta o peso dos impostos no PIB. Portanto, o peso dos impostos no PIB pode aumentar sem que haja um agravamento das taxas dos impostos.

**A ideia de que houve nas últimas décadas um desagravamento fiscal é difícil de vender aos portugueses...**

No caso do IRC, é completamente pacífico que houve uma diminuição. Agora aplicam-se taxas

de 12,5%, mas foi criado com a taxa de 36% e ainda a possibilidade de aplicação de derramas, que agora são raras. No caso do IRS, é um caso mais curioso mas, segundo as contas que fiz, uma família com o mesmo rendimento em valor real em 1989 – o ano em que nasceu o IRS – e em 2012, pagaria mais impostos em 1989 do que em 2012. Claro que, em 1989, se calhar essa família era considerada muito rica e agora é só considerada remediada, porque nós alterámos o nosso padrão de avaliação e de exigência que temos em relação ao nosso próprio rendimento.

**E o IVA? Tem havido subidas consecutivas de taxas...**

Quando foi criado, a taxa máxima era de 16% e agora é de 23%. Mas a taxa mínima era de 8% e agora é 6%. E o peso do IVA também não aumentou tanto porque os rendimentos também são muito mais elevados. Claro que se for comparar a situação actual com 2009, aí houve um aumento forte dos impostos, não há dúvida. Mas olhando mais atrás, isso não acontece. Juntando IRS, IVA e IRC, estamos a pagar menos impostos que em 1989, o que contraria a ideia de que seria inoportuno qualquer aumento de impostos. Não tenho qualquer gosto em pagar impostos mas daí a dizer que é inoportuno... E a verdade é que quando éramos mais pobres, pagávamos mais impostos.

**O corte de 4000 milhões de euros que o Governo está a discutir com a *troika* parte do princípio que mais aumentos de impostos são inoportunos e que portanto a única opção é cortar na despesa. Concorda?**

Não há qualquer razão do ponto de vista técnico para que o défice tenha de ser corrigido ou do lado da receita ou do lado da despesa. A ideia de que possa ser mais gravoso para a economia aumentar os impostos do que cortar a despesa é errada. E a grande maioria dos recursos que o Estado gasta não os gasta nele próprio. O que o Estado faz é redistribuir, é pagar aos reformados, por exemplo. O peso da burocracia apenas corresponde a cerca de 10% da despesa do Estado, tirando os juros. Isto de acordo com a classificação da despesa do Estado por funções. A despesa em serviços gerais da Administração Pública, que inclui juros, corresponde a 15% do total da despesa.